

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL PARA ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DECORRENTE DE FLUXO MIGRATÓRIO PROVOCADO POR CRISE HUMANITÁRIA

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e três de julho de dois mil e vinte, iniciou-se a décima segunda reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, na sala noventa e sete, quarto andar do Palácio do Planalto. Estavam presentes os membros e/ou suplentes do Comitê Federal de Assistência Emergencial, além de demais participantes, conforme lista de presença anexa: Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Walter Souza Braga Neto; Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, Sérgio José Pereira; Thiago Meirelles, Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República; Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Heitor Freire de Abreu (por videoconferência); Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira; Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira; Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes; Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves; Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Tercio Issami Tokano; Secretário-Executivo do Ministério da Cidadania, Antônio José Barreto de Araújo Júnior (por videoconferência); Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional, Claudio Seefelder; Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco; Secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros; Secretária de Modalidades Especializadas de Educação, Ilda Ribeiro Peliz (por videoconferência); Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Fabio Mendes Marzano (por videoconferência); Vice-Chefe Logístico do Ministério da Defesa, General Marcos André da Silva Alvim; Coronel João Roberto Albim Gobbert Damasceno, da Coordenação de Operação da Força-Tarefa Logística Humanitária (por videoconferência); o Coordenador do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, Flávio Diniz, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Coordenador do Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes, Marcus Quito, do Ministério da Saúde; a Coordenadora dos Subcomitês Federais para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e para Interiorização, Niusarete Lima, do Ministério da Cidadania; Cláudia Giovannetti dos Anjos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ricardo Martins Rizzo, do Ministério das Relações Exteriores (por videoconferência); Jorge Alberto Rocha Menezes, da Subchefia para Assuntos Jurídicos, da Secretaria-Geral da Presidência da República; Flavio Peregrino, da Assessoria Especial de Comunicação Social da Casa Civil da Presidência da República; Roberta Toscano, da Assessoria Especial de Comunicação Social da Presidência da República; Paulo Edson, da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República; e Mauro Fialho, da Assessoria Especial da Casa Civil da Presidência da República. O **Ministro-chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto**,

iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e pontuando os **itens da pauta**: 1) apreciação da Ata da 11ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial e da Resolução; 2) informe sobre a Resolução; 3) apresentação dos principais dados do Relatório Semestral; 4) balanço das atividades da Operação Acolhida; 5) atualização dos dados referentes às ações de Saúde (Hospital de Campanha); 6) apresentação dos dados referentes às ações de interiorização e abrigamento; 7) atualização dos dados referentes às ações no ordenamento de fronteira; 8) encaminhamentos finais. Em seguida, passou a palavra para o **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, apresentar os três primeiros itens da pauta. No que concerne ao **item 1 – Apreciação da Ata da 11ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial**, o **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, informou que a ata da reunião anterior, realizada no dia 15 de janeiro de 2020, havia sido previamente encaminhada aos representantes do Comitê, e solicitou que, havendo manifestação em contrário, que fosse enviada até o dia 27 de julho de 2020, às 18 horas, para o e-mail: sam@presidencia.gov.br. Passou então ao **item 2 – Informe sobre Resolução**, com a apresentação da proposta de resolução que dispõe sobre a Secretaria Executiva e as Assessorias de Comunicação e de Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, a qual foi distribuída e aprovada pelos presentes. No **item 3 – Apresentação dos principais pontos do Relatório Semestral**, o **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, destacou a estrutura de governança do Comitê Federal de Assistência Emergencial e o papel desempenhado pelos quatro Subcomitês Federais, a saber: Subcomitê Federal de Recepção, Identificação e Triagem, Subcomitê Federal para Abrigamento, Subcomitê Federal para Interiorização e Subcomitê Federal para Ações em Saúde, e seus três eixos de atuação: Ordenamento de Fronteira, Acolhida dos Imigrantes/Refugiados e Interiorização. Em relação aos atendimentos na fronteira, informou terem sido mais de dois milhões de atendimentos nos Postos de Atendimento da Operação Acolhida, nos estados de Roraima e do Amazonas, com 388 mil doses de vacinas administradas, 89 carteiras de trabalho emitidas, 251 mil CPFs emitidos, 198.623 atendimentos sociais realizados e 38 mil concessões de refúgio. Em termos de abrigamento, são cerca de cinco mil imigrantes e refugiados em 13 abrigos e alojamentos de trânsito, havendo abrigos exclusivos para indígenas, para famílias e pessoas sozinhas. No que tange à interiorização, mencionou que 38.643 imigrantes/refugiados foram beneficiários dessa estratégia, desde abril de 2018. Somente em 2019 e 2020, foram beneficiados 33.671 venezuelanos, tendo sido recepcionados em 579 municípios brasileiros. No que se refere a investimentos, informou que, em 2018 e 2019, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 665,2 milhões, enquanto que, em 2020, cerca de R\$ 630,9 milhões, para financiar logística, estrutura, segurança, ações em saúde, educação, direitos humanos e assistência social. A esse respeito, disse que são números expressivos que demonstram a importância da Operação Acolhida. A propósito das iniciativas em andamento, ressaltou a cooperação com as companhias aéreas brasileiras e

concessionárias de aeroportos, a cooperação com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a cooperação com a Fundação Banco do Brasil (FBB), a cooperação com o governo estadual de Roraima, a Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Universidade Federal de Roraima, e a construção de um protocolo de intenções para estruturação de núcleos regionais, envolvendo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Saúde, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Defensoria Pública da União, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Dentre as ações de enfrentamento à Covid-19, destacou a elaboração de Plano de Contingência com todos os protocolos instituídos, a construção de um Área de Proteção e Cuidados (APC) e de uma ala de atendimento exclusiva para indígenas. No que diz respeito a desafios e oportunidades, relacionou a reabertura da fronteira Brasil/Venezuela, a questão do indígena migrante, em especial o da etnia Warao, o processo de transição e o Hospital de Campanha. Ao término da apresentação, a **Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves**, perguntou se está tendo ocupação de leitos, se o estado está usando, se existiria a possibilidade de transformar o Hospital de Campanha no primeiro hospital indígena da Amazônia. Em resposta, o **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, pediu ao Coronel João Roberto Albim Gobbert Damasceno, da Coordenação de Operação da Força-Tarefa Logística Humanitária, que comentasse esse assunto quando de sua apresentação. Em relação ao plano de transição, o **Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Walter Souza Braga Netto**, manifestou preocupação com a reabertura da fronteira e recomendou que fosse implementado aos poucos, com o envolvimento dos ministérios e dos organismos internacionais. Em seguida, o **Coronel João Roberto Albim Gobbert Damasceno, da Coordenação de Operação da Força-Tarefa Logística Humanitária**, passou ao **Item 4 - balanço das atividades da Operação Acolhida**, com a apresentação dos principais focos da Operação Acolhida para 2020/2021: questão indígena, interiorização e Covid-19. Na questão indígena, mencionou a reunião realizada em janeiro de 2020 com representantes das Agências ACNUR, OIM e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com representantes da Fraternidade Federação Humanitária Internacional para discutir o alinhamento e a confecção de uma estratégia para atender às especificidades da migração indígena, bem como os cuidados com os dois abrigos indígenas existentes em Roraima: Janokoida e Pintolândia. Acrescentou que o objetivo da estratégia é a integração socioeconômica, respeitando as culturas indígenas das diversas etnias envolvidas, com a proteção social devida e de acordo com os preceitos legais. Destacou também seis fatores de êxito: monitoramento, pelo Estado brasileiro, das ações implementadas; alinhamento institucional nas esferas federal, estadual e municipal; fomento para mitigar a mendicância infantil; observância dos princípios legais, particularmente de proteção social; definição das ações prioritárias no curto,

médio e longo prazos; e identificação de representantes dos indígenas para a construção de propostas e implementação das ações. Ainda na questão indígena, apresentou os seguintes eixos de atuação: estabilização emergencial; fortalecimento comunitário; integração local e estratégia de saída; e parceiras e coordenação. Dentre as instituições governamentais que devem se envolver na estratégia de resposta, mencionou o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário, o Ministério da Educação, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as secretarias estaduais e municipais relacionadas ao tema indígena. Quanto à estratégia de interiorização, destacou o papel desempenhado pelos 12 Núcleos Regionais de Interiorização (NURINs), distribuídos da seguinte forma: 1ª RM – Rio de Janeiro; 2ª RM – São Paulo; 3ª RM – Porto Alegre; 4ª RM – Belo Horizonte; 5ª RM – Curitiba; 6ª RM – Salvador; 7ª RM – Recife; 8ª RM – Belém; 9ª RM – Campo Grande; 10ª RM – Fortaleza; 11ª RM – Brasília; e 12ª RM – Manaus. Além disso, apresentou dados de interiorização atualizados até junho de 2020, dentre os quais destacam-se os seguintes: 38.643 beneficiários desde abril de 2018, sendo 34.713, por via aérea, e 3.930, por via terrestre. Do total de 579 municípios, os cinco que mais receberam imigrantes venezuelanos foram: Manaus (4.592), São Paulo (2.514), Curitiba (2.237), Dourados (2.152) e Porto Alegre (1.392). Informou ainda que antes da pandemia a meta mensal estabelecida para 2020 era de 3.000 processos. Com a Covid-19, em março a meta caiu para 2.000 e agora para 1.000 processos. No entanto, disse que a manutenção da meta de 1.000 interiorizados/mês contribui para diminuir a pressão quando a fronteira for reaberta. Acrescentou ao seu relato uma sequência de fotos que mostram o processo completo de interiorização, com os seus vários modais. No que tange à Covid-19, destacou o trabalho realizado pela equipe de desinfecção das instalações da Força-Tarefa Logística Humanitária, bem como o Plano Emergencial de Contingenciamento para a Covid-19, cuja atualização semanal desde 14 de fevereiro de 2020 constitui o principal fator de sucesso no controle da pandemia entre a população beneficiada. Em seguida apresentou dados estatísticos relativos à Covid-19 no âmbito da Operação Acolhida, que revelaram a importância da implementação do Plano de Contingência elaborado pela Força-Tarefa, no que diz respeito à identificação precoce de casos suspeitos e isolamento apropriado na Área de Proteção e Cuidados. **Item 5 – Atualização dos dados referentes às ações de saúde (Hospital de Campanha).** O **Coordenador do Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes, Marcus Quito**, apresentou as ações e os planejamentos da área da saúde. Em relação à Covid-19, destacou o apoio aos estados e municípios, o apoio à Área de Proteção e Cuidados (APC), o suporte de profissionais, insumos e medicamentos, e o acompanhamento dos Termos de Cooperação firmados com a Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde e a Universidade Federal de Roraima. Também ressaltou a visibilidade internacional da Operação Acolhida, como um aspecto muito positivo. Disse ainda que, neste meio tempo, o Ministério da Saúde fortaleceu todos os

elementos para que a interiorização seja feita de forma segura, tais como apoio, monitoramento, articulação com Secretarias Estaduais e Municipais e coordenação das Superintendências Estaduais e do Centro de Informações Estratégicas em Saúde. No que diz respeito às informações estratégicas em Saúde, destacou a articulação externa entre OPAS Brasil e OPAS Venezuela, a avaliação de cenários de risco e a discussão de medidas e ações no campo da abordagem humanitária em Saúde, e a articulação interna, envolvendo a Força-Tarefa do Ministério da Saúde, o planejamento das ações de saúde, levando em consideração os cenários de risco (vacinação, atendimentos) e o monitoramento da situação de saúde. A propósito da dinâmica dos indígenas venezuelanos (etnias: Warao, Pemon, E'ñepa e Kariña), mencionou o esforço de mobilização do sistema de saúde para atender a esse público e a articulação com o CONASS e CONASEMS, de modo a organizar as ações de assistência aos indígenas nos municípios.

Item 6 – Apresentação dos dados referentes às ações de interiorização e abrigo. Na condição de Coordenadora do Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, Niusarete Lima, informou que a Operação Acolhida vem promovendo o abrigo de venezuelanos não somente em Pacaraima e Boa Vista, mas também em várias outras Unidades da Federação, por meio de várias modalidades de abrigos: governamentais, voltados para indígenas e não indígenas; da Sociedade Civil, envolvendo parceiros como ACNUR, OIM e outras entidades da Sociedade Civil; de Trânsito, como o situado em Manaus, e Casas de Passagem da Sociedade Civil. Em seguida, apresentou dados estatísticos de abrigo, envolvendo capacidade dos abrigos, população abrigada por faixa etária e gênero e perfil populacional dos indígenas venezuelanos registrados. Em termos de recursos emergenciais para estados e municípios, destacou o repasse de R\$ 75 milhões para 31.000 vagas para ações com imigrantes, a serem utilizados na aquisição de EPIs para profissionais do SUAS, complementação de alimentação para pessoas idosas e PCD e ações de prevenção necessárias ao distanciamento social nos abrigos. Disse que no dia 30 de julho de 2020 será lançado o painel onde os gestores municipais terão acesso aos dados. No que diz respeito às ações de interiorização, a **Coordenadora do Subcomitê Federal para Interiorização, Niusarete Lima,** apresentou dados estatísticos referentes ao número de imigrantes e refugiados interiorizados ao longo dos últimos anos, discriminados por faixa etária e gênero, nível educacional, experiência profissional, necessidade específica de proteção, destino e modalidades de interiorização. Destacou também que o Termo de Cooperação com os 12 NURINS, Núcleos Regionais de Interiorização, localizados nas 12 Regiões Militares, está em análise, mas que já estão operando nos receptivos e no monitoramento pós desembarque, juntamente com as nove Casas de Passagem já homologadas, localizadas em Belém (1), Belo Horizonte (3), Brasília (2), São Paulo (2) e Rio de Janeiro (1). Apresentou ainda o planejamento do mês de julho de 2020 e a meta de quatro voos e mil pessoas interiorizadas, em agosto de 2020. O **Secretário-Executivo do Ministério da Cidadania, Antônio José Barreto de Araújo Júnior,** comentou tratar-se

de uma operação com um custo de aproximadamente R\$ 300 milhões/ano e que é o momento de se discutir o custo, o modelo e as fontes de financiamento, pois o Estado não tem condições de manter essa despesa. A propósito da transição para o Ministério da Cidadania, disse que é preciso estabelecer um cronograma de ações e aproveitar o aprendizado para revisar o que foi feito, de modo que ela não se perpetue no modelo atual. A **Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves**, manifestou preocupação com os indígenas Warao e outras etnias e disse que o MMFDH se dispõe a colaborar, uma vez que a FUNAI não é responsável por esses indígenas. Niusarete Lima, do Ministério da Cidadania, disse ser necessário encontrar uma forma de trata-los no Brasil e solicitou à Casa Civil da Presidência da República que coordenasse uma reunião com os Ministérios e a 6ª Câmara da Procuradoria da República. O **Subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, informou a reunião para tratar sobre o atendimento aos indígenas venezuelanos já está agendada e que deverá ocorrer no início de agosto de 2020. **7. Atualização dos dados referentes às ações no ordenamento de fronteira.** O **Coordenador do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, Flávio Diniz**, apresentou dados de atendimentos de controle migratório, envolvendo registros de estrangeiros e solicitações de refúgio, de todas as nacionalidades, de venezuelanos e de haitianos, referentes ao período de janeiro a julho de 2020, com base nos Sistemas de Tráfego Internacional – STI e de Registro Nacional Migratório – SISMIGRA, ambos da Polícia Federal. Os dados apresentados revelaram um saldo de 269.869 venezuelanos e de 170.850 haitianos, entre residentes e solicitantes de refúgio, destacando o impacto da imigração haitiana frente à imigração venezuelana e aos recursos destinados a esses atendimentos. O **Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Walter Souza Braga Netto**, pediu desculpas por ter de se ausentar e manifestou preocupação com o processo de transição e o hospital de campanha. O **Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira**, considerou a questão levantada pela Ministra Damares como sendo de difícil solução. **7. Encaminhamentos finais.** O **subchefe de Articulação e Monitoramento, Heitor Freire de Abreu**, apresentou os seguintes encaminhamentos: a) a Casa Civil realizará reunião específica sobre o processo de transição; b) a próxima reunião do Comitê Federal está prevista para o mês de setembro de 2020; e c) a ata da reunião será enviada posteriormente por e-mail para fins de validação. Ao final, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 17 horas e 38 minutos.

Brasília/DF, 23 de julho de 2020.

Casa Civil – Presidência da República	
---------------------------------------	--

Ministro Walter Souza Braga Netto	
Sérgio José Pereira	
Heitor Freire de Abreu (videoconferência)	
Ministério da Justiça e Segurança Pública	
Tercio Issami Tokano	
Ministério da Defesa	
General Marcos André da Silva Alvim	
Ministério das Relações Exteriores	
Embaixador Fabio Mendes Marzano (videoconferência)	
Ministério da Educação	
Ilda Ribeiro Peliz (videoconferência)	
Ministério da Economia	
Ministro Paulo Roberto Nunes Guedes	
Ministério da Cidadania	
Antônio José Barreto de Araújo Júnior	
Ministério de Saúde	
Élcio Franco	
Arnaldo Correia de Medeiros	
Ministério de Desenvolvimento Regional	
Claudio Seefelder	
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	
Ministra Damares Alves	
Gabinete de Segurança Institucional	
Ministro Augusto Heleno Ribeiro Pereira	